

# Fernando Capez

Procurador de Justiça. Mestre pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lecionou por 18 anos no Complexo Jurídico Damásio de Jesus. Professor honorário da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador jurídico da Universidade Nove de Julho. Professor concursado da Academia de Polícia e professor da Escola Superior do Ministério Público de SP. Foi Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Coordenador do Curso de Direito da Universidade Bandeirante de SP (2004/2012). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017). Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Foi Secretário Estadual de Defesa do Consumidor e Presidente do Procon-SP de janeiro de 2019 a março de 2022.

## CURSO DE DIREITO PENAL

**PARTE GERAL**

**Arts. 1º a 120**

28ª edição  
2024

saraiva 

**saraiva**  
EDUCAÇÃO

**saraiva**

Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar  
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

**SAC** | [sac.sets@saraivaeducacao.com.br](mailto:sac.sets@saraivaeducacao.com.br)

<b>Diretoria executiva</b>	Flávia Alves Bravin
<b>Diretoria editorial</b>	Ana Paula Santos Matos
<b>Gerência de produção e projetos</b>	Fernando Penteado
<b>Gerência de conteúdo e aquisições</b>	Thais Cassoli Reato César
<b>Gerência editorial</b>	Livia Céspedes
<b>Novos projetos</b>	Aline Darcy Flôr de Souza Dalila Costa de Oliveira
<b>Edição</b>	Iris Ferrão
<b>Design e produção</b>	Jeferson Costa da Silva (coord.) Rosana Peroni Fazolari Guilherme Salvador Lais Soriano Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
<b>Planejamento e projetos</b>	Cintia Aparecida dos Santos Daniela Maria Chaves Carvalho Emily Larissa Ferreira da Silva Kelli Priscila Pinto
<b>Diagramação</b>	SBNigri Artes e Textos Ltda.
<b>Revisão</b>	Carmem Becker
<b>Capa</b>	Aero Comunicação
<b>Produção gráfica</b>	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
<b>Impressão e acabamento</b>	EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

**OBRA COMPLETA 978-85-5360-768-6**  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando

Curso de direito penal – volume 1 – parte  
geral: Arts. 1º a 120 / Fernando Capez. – 28. ed.  
– São Paulo: SaraivaJur, 2024.

612 p.

ISBN: 978-85-5362-272-6 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

2023-2563

CDD 345  
CDU 343

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito Penal	345
2. Direito Penal	343

**Data de fechamento da edição: 22-9-2023**

Dúvidas? Acesse [www.saraivaeducacao.com.br](http://www.saraivaeducacao.com.br)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA  CL  CAE

# ÍNDICE

Sobre o Autor .....	VII
Abreviaturas .....	IX
<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
1.1. Da concepção do Direito Penal.....	1
1.2. Da função ético-social do Direito Penal.....	1
1.3. Objeto do Direito Penal.....	3
1.4. O Direito Penal no Estado Democrático de Direito.....	4
1.4.1. O perfil democrático do Estado brasileiro. Distinção entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.....	4
1.4.2. O Estado Democrático de Direito e o princípio da dignidade humana como orientador do Direito Penal .....	6
1.4.3. Princípios penais limitadores decorrentes da dignidade da pessoa humana .....	8
1.4.3.1. Princípio da insignificância ou bagatela .....	8
1.4.3.2. Princípio da alteridade ou transcendentalidade.....	10
1.4.3.3. Princípio da confiança .....	12
1.4.3.4. Princípio da adequação social.....	13
1.4.3.5. Princípio da intervenção mínima.....	13
1.4.3.6. Princípio da proporcionalidade.....	16
1.4.3.7. Princípio da humanidade .....	17
1.4.3.8. Princípio da necessidade e idoneidade.....	17
1.4.3.9. Princípio da ofensividade, princípio do fato e da exclusiva proteção do bem jurídico .....	18
1.4.3.10. Princípio da autorresponsabilidade .....	19
1.4.3.11. Princípio da responsabilidade pelo fato.....	19
1.4.3.12. Princípio da imputação pessoal.....	20
1.4.3.13. Princípio da personalidade .....	20
1.4.3.14. Princípio da responsabilidade subjetiva.....	20
1.4.3.15. Princípio da coculpabilidade ou corresponsabilidade .....	20
1.5. Os limites do controle material do tipo incriminador .....	21
1.6. Da parte geral do Código Penal: finalidade.....	21
<b>2. Fontes do Direito Penal .....</b>	<b>22</b>
2.1. Conceito.....	22

2.2.	Espécies.....	22
2.2.1.	De produção, material ou substancial .....	22
2.2.2.	Formal, de cognição ou de conhecimento.....	23
2.2.2.1.	Espécies de fonte formal.....	23
2.3.	Diferença entre norma e lei.....	23
2.4.	Da fonte formal imediata .....	24
2.4.1.	Conteúdo.....	24
2.4.2.	Característica.....	24
2.4.3.	Classificação.....	24
2.4.3.1.	Leis incriminadoras.....	24
2.4.3.2.	Leis não incriminadoras.....	24
2.4.3.3.	Leis não incriminadoras permissivas.....	24
2.4.3.4.	Leis não incriminadoras finais, complementares ou explicativas .....	25
2.5.	Características das normas penais .....	25
2.5.1.	Exclusividade.....	25
2.5.2.	Anterioridade.....	25
2.5.3.	Imperatividade.....	25
2.5.4.	Generalidade.....	25
2.5.5.	Impessoalidade.....	25
2.6.	Normas penais em branco (cegas ou abertas).....	25
2.6.1.	Conceito.....	25
2.6.2.	Classificação .....	26
2.6.2.1.	Normas penais em branco em sentido lato ou homogêneas.....	26
2.6.2.2.	Normas penais em branco em sentido estrito ou heterogêneas.....	26
2.6.2.3.	Normas penais em branco ao avesso.....	26
2.7.	Das fontes formais mediatas .....	26
2.7.1.	Costume .....	26
2.7.1.1.	Elementos do costume.....	26
2.7.1.2.	Espécies de costume.....	27
2.7.2.	Princípios gerais do direito.....	28
2.8.	Formas de procedimento interpretativo.....	28
2.8.1.	Equidade .....	28
2.8.2.	Doutrina.....	28
2.8.3.	Jurisprudência.....	28
<b>3.</b>	<b>Interpretação da Lei Penal .....</b>	<b>28</b>
3.1.	Conceito.....	28
3.2.	Natureza.....	28
3.3.	Espécies.....	29
3.3.1.	Quanto ao sujeito que a elabora.....	29
3.3.1.1.	Autêntica ou legislativa.....	29

3.3.1.2.	Doutrinária ou científica.....	29
3.3.1.3.	Judicial.....	29
3.3.2.	Quanto aos meios empregados.....	29
3.3.2.1.	Gramatical, literal ou sintática.....	29
3.3.2.2.	Lógica ou teleológica.....	29
3.3.3.	Quanto ao resultado.....	29
3.3.3.1.	Declarativa.....	29
3.3.3.2.	Restritiva.....	29
3.3.3.3.	Extensiva.....	29
3.4.	O princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	30
3.5.	Interpretação progressiva, adaptativa ou evolutiva.....	30
<b>4.</b>	<b>Analogia.....</b>	<b>30</b>
4.1.	Conceito.....	30
4.2.	Fundamento.....	31
4.3.	Natureza jurídica.....	31
4.4.	Distinção entre analogia, interpretação extensiva e interpretação analógica.....	31
4.4.1.	Analogia.....	31
4.4.2.	Interpretação extensiva.....	31
4.4.3.	Interpretação analógica.....	31
4.5.	Espécies.....	32
4.5.1.	Legal ou <i>legis</i> .....	32
4.5.2.	Jurídica ou <i>juris</i> .....	32
4.5.3.	<i>In bonam partem</i> .....	32
4.5.4.	<i>In malam partem</i> .....	32
4.6.	Analogia em norma penal incriminadora.....	32
<b>5.</b>	<b>Princípio da Legalidade.....</b>	<b>32</b>
5.1.	Considerações preliminares.....	32
5.2.	Aspectos do princípio da legalidade.....	33
5.2.1.	Aspecto político.....	33
5.2.2.	Aspecto histórico.....	34
5.2.3.	Aspecto jurídico.....	35
5.3.	Princípios inerentes ao princípio da legalidade.....	35
5.3.1.	Princípio da reserva legal.....	36
5.3.1.1.	Reserva absoluta de lei.....	36
5.3.1.2.	Reserva absoluta de lei e medida provisória.....	37
5.3.1.3.	Taxatividade e vedação ao emprego da analogia.....	38
5.3.1.4.	Taxatividade e descrição genérica.....	39
5.3.1.5.	Conteúdo material do princípio da reserva legal.....	40
5.3.2.	Princípio da anterioridade da lei penal.....	40
<b>6.</b>	<b>Irretroatividade da Lei Penal.....</b>	<b>41</b>
6.1.	Considerações preliminares.....	41

6.2.	Aplicação.....	42
6.3.	Lei processual .....	42
6.3.1.	Lei processual híbrida .....	44
6.4.	Normas que tratam de execução da pena e o regime disciplinar diferenciado.....	44
6.5.	Vigência da lei.....	47
6.6.	Hipóteses de lei posterior .....	48
6.6.1.	<i>Abolitio criminis</i> .....	48
6.6.2.	<i>Novatio legis in melius</i> .....	48
6.6.2.1.	Competência para aplicação da <i>novatio legis in melius</i> ...	49
6.6.3.	<i>Novatio legis in pejus</i> .....	49
6.6.4.	<i>Novatio legis incriminadora</i> .....	50
6.6.5.	Dúvida quanto à lei mais benéfica .....	50
6.7.	Combinação de leis .....	50
6.8.	<i>Lex mitior</i> e o período da <i>vacatio legis</i> .....	51
6.9.	Lei interpretativa –possibilidade de retroação.....	52
6.10.	Tempo do crime para a fixação da lei aplicável.....	52
6.10.1.	Crimes permanentes e crimes continuados .....	52
<b>7.</b>	<b>Leis de Vigência Temporária .....</b>	<b>53</b>
7.1.	Considerações preliminares .....	53
7.2.	Características .....	54
7.2.1.	Autorrevogabilidade.....	54
7.2.2.	Ultratividade .....	54
7.3.	Hipótese de retroatividade da lei posterior.....	54
7.4.	Alteração do complemento da norma penal em branco .....	55
<b>8.</b>	<b>Tempo do Crime e Conflito Aparente de Normas .....</b>	<b>57</b>
8.1.	Teorias sobre o momento do crime .....	57
8.2.	Conflito aparente de normas .....	58
8.2.1.	Conceito.....	58
8.2.2.	Elementos .....	58
8.2.3.	Princípios que solucionam o conflito aparente de normas...	58
8.2.3.1.	Princípio da especialidade – <i>lex specialis derogat generali</i> .....	58
8.2.3.2.	Princípio da subsidiariedade – <i>lex primaria derogat subsidiariae</i> .....	60
8.2.3.3.	Princípio da consunção – <i>lex consumens derogat consumptae</i> .....	63
8.2.3.4.	Princípio da alternatividade .....	67
<b>9.</b>	<b>Territorialidade da Lei Penal Brasileira.....</b>	<b>68</b>
9.1.	Considerações preliminares.....	68
9.2.	Território nacional .....	68
9.2.1.	Componentes do território.....	69
9.2.2.	Extensão do território nacional .....	70

9.2.3.	Princípio do pavilhão ou da bandeira.....	70
9.2.4.	Navios .....	70
9.2.5.	Aeronaves.....	71
9.2.6.	Princípio da passagem inocente.....	71
9.2.7.	Asilo .....	72
9.3.	Hipóteses de não incidência da lei a fatos cometidos no Brasil.....	72
9.3.1.	Imunidades diplomáticas.....	72
9.3.1.1.	Entes abrangidos pela imunidade diplomática.....	72
9.3.1.2.	Imunidade diplomática e ofensa ao princípio da isonomia.....	72
9.3.2.	Imunidades parlamentares .....	73
9.3.2.1.	Imunidade material .....	73
9.3.2.2.	Imunidade processual.....	74
9.3.2.3.	Imunidade prisional.....	75
9.3.2.4.	Do foro especial por prerrogativa de função.....	76
9.3.3.	Inviolabilidade do advogado.....	77
<b>10.</b>	<b>Extraterritorialidade da Lei Penal Brasileira .....</b>	<b>77</b>
10.1.	Considerações preliminares.....	78
10.2.	Formas de extraterritorialidade .....	78
10.2.1.	Incondicionada .....	78
10.2.2.	Condicionada .....	79
10.3.	Princípios para aplicação da extraterritorialidade.....	79
10.3.1.	Princípio da nacionalidade ou personalidade ativa.....	79
10.3.2.	Princípio da nacionalidade ou personalidade passiva.....	79
10.3.3.	Princípio real, da defesa ou proteção .....	79
10.3.4.	Princípio da justiça universal (CP, art. 7º, I, d, e II, a).....	79
10.3.5.	Princípio da representação.....	79
10.4.	Classificação das hipóteses de acordo com os princípios e as formas de extraterritorialidade.....	80
10.5.	Aplicação.....	81
10.6.	Extradicação.....	82
10.6.1.	Conceito.....	82
10.6.2.	Princípios aplicáveis .....	82
10.6.2.1.	Princípio da não extradicação de nacionais .....	82
10.6.2.2.	Princípio da exclusão de crimes não comuns .....	82
10.6.2.3.	Princípio da prevalência dos tratados.....	82
10.6.2.4.	Princípio da legalidade.....	82
10.6.2.5.	Princípio da dupla tipicidade.....	82
10.6.2.6.	Princípio da preferência da competência nacional .....	82
10.6.2.7.	Princípio da limitação em razão da pena .....	82
10.6.2.8.	Princípio da detração .....	83
10.7.	Jurisdição principal e subsidiária.....	83
10.8.	Tribunal Penal Internacional TPI.....	83
10.8.1.	Genocídio, princípio da justiça universal e Tribunal Penal Internacional .....	86

<b>11. Eficácia de Sentença Estrangeira.....</b>	<b>86</b>
11.1. Da homologação de sentença estrangeira .....	87
11.1.1. Fundamento .....	87
11.1.2. Competência.....	87
11.1.3. Conteúdo da homologação.....	87
11.1.4. Natureza jurídica.....	87
11.1.5. Homologação e delibação obrigatória .....	87
11.1.6. Homologação e execução civil da sentença penal estrangeira ....	88
11.1.7. Homologação e medida de segurança .....	88
11.1.8. Procedimento.....	88
11.1.9. Desnecessidade da homologação.....	88
<b>12. Do Lugar do Crime .....</b>	<b>89</b>
12.1. Considerações preliminares.....	89
12.2. Teorias.....	89
12.2.1. Teoria da atividade .....	89
12.2.2. Teoria do resultado.....	89
12.2.3. Teoria da ubiqüidade ou mista.....	89
12.3. Teoria adotada .....	89
12.3.1. Crimes a distância ou de espaço máximo.....	90
12.3.2. Delito plurilocal.....	91
12.3.3. Crimes de menor potencial ofensivo.....	91
12.4. Sobre a aplicação da teoria da ubiqüidade nas várias hipóteses.....	92
12.4.1. Nos crimes conexos.....	92
12.4.2. No crime complexo .....	92
12.4.3. Na coautoria, participação ou ajuste.....	92
12.4.4. No delito permanente e no crime continuado.....	92
12.4.5. Nos delitos habituais .....	92
12.5. Regras especiais.....	92
<b>13. Contagem do Prazo.....</b>	<b>98</b>
13.1. Considerações preliminares.....	98
13.2. Contagem de mês e ano.....	98
13.3. Prescrição e decadência.....	99
13.4. Características.....	99
13.5. Interrupção e suspensão .....	99
13.6. Contagem dos prazos processuais .....	100
13.7. Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	100
<b>14. Teoria do Crime .....</b>	<b>101</b>
14.1. Conceito de crime .....	101
14.1.1. Aspecto material .....	101
14.1.2. Aspecto formal.....	101
14.1.3. Aspecto analítico.....	101
14.2. Concepção bipartida e tripartida de crime .....	101



<b>15. Fato Típico.....</b>	<b>103</b>
15.1. Conceito.....	103
15.2. Elementos .....	103
15.2.1. Conduta.....	103
15.2.1.1. Conceito.....	103
15.2.1.2. Distinção entre conduta e ato.....	105
15.2.1.3. Teorias da conduta .....	105
15.2.1.4. Elementos da conduta.....	123
15.2.1.5. Ausência de voluntariedade.....	123
15.2.1.6. Formas de conduta.....	124
15.2.1.7. Caso fortuito e força maior .....	128
15.2.1.8. Sujeitos da conduta típica .....	129
15.2.1.9. Objeto jurídico e objeto material.....	136
15.2.2. Resultado .....	137
15.2.2.1. Conceito.....	137
15.2.2.2. Distinção entre resultado e evento .....	137
15.2.2.3. Teorias .....	137
15.2.3. Nexo causal .....	138
15.2.3.1. Conceito.....	138
15.2.3.2. Natureza.....	138
15.2.3.3. Nexo normativo.....	138
15.2.3.4. Teorias para apontar o nexo causal.....	139
15.2.3.5. Nexo causal nos diversos crimes .....	151
15.2.3.6. Nexo causal nos crimes omissivos impróprios.....	151
15.2.3.7. Superveniência causal.....	155
15.2.3.8. Caso fortuito e força maior .....	160
15.2.4. Tipicidade.....	162
15.2.4.1. Conceito de tipo.....	162
15.2.4.2. Espécies de tipo.....	163
15.2.4.3. Conceito de tipicidade .....	164
15.2.4.4. Distinção entre tipicidade e adequação típica .....	164
15.2.4.5. Fases da tipicidade .....	165
15.2.4.6. Adequação típica.....	168
15.2.4.7. Elementos do tipo.....	169
15.2.4.8. Espécies de tipo quanto aos elementos .....	171
15.2.4.9. Tipo fundamental e tipos derivados.....	171
15.2.4.10. Tipicidade conglobante.....	172
<b>16. O Tipo Penal nos Crimes Dolosos .....</b>	<b>174</b>
16.1. Conceito de dolo .....	174
16.2. Elementos do dolo .....	174
16.3. Abrangência do dolo .....	175
16.4. Fases na conduta.....	175
16.4.1. Fase interna.....	175

16.4.2.	Fase externa.....	175
16.5.	Teorias.....	177
16.5.1.	Teoria da vontade.....	177
16.5.2.	Teoria da representação.....	177
16.5.3.	Teoria do assentimento ou consentimento.....	177
16.5.4.	Teorias adotadas pelo Código Penal.....	177
16.6.	Espécies de dolo.....	177
16.6.1.	Dolo natural.....	177
16.6.2.	Dolo normativo.....	177
16.6.3.	Dolo direto ou determinado.....	178
16.6.4.	Dolo indireto ou indeterminado.....	179
16.6.5.	Dolo de dano.....	179
16.6.6.	Dolo de perigo.....	179
16.6.7.	Dolo genérico.....	180
16.6.8.	Dolo específico.....	180
16.6.9.	Dolo geral, erro sucessivo ou <i>aberratio causae</i> .....	180
16.6.10.	Dolo de primeiro grau e de segundo grau.....	181
16.7.	Dolo e dosagem da pena.....	181
16.8.	Dolo nos crimes comissivos por omissão.....	181
<b>17.</b>	<b>O Tipo Penal nos Crimes Culposos.....</b>	<b>182</b>
17.1.	Conceito de culpa.....	182
17.2.	Tipo aberto.....	183
17.3.	Crimes materiais.....	183
17.4.	Elementos do fato típico culposo.....	183
17.5.	Previsibilidade.....	183
17.5.1.	Objetiva.....	183
17.5.2.	Subjetiva.....	184
17.6.	Princípio do risco tolerado.....	184
17.7.	Princípio da confiança.....	184
17.8.	Inobservância do dever objetivo de cuidado.....	185
17.8.1.	Imprudência.....	185
17.8.2.	Negligência.....	185
17.8.3.	Imperícia.....	185
17.8.3.1.	Diferença entre imperícia e erro médico.....	186
17.9.	Espécies de culpa.....	186
17.9.1.	Culpa inconsciente.....	186
17.9.2.	Culpa consciente ou com previsão.....	186
17.9.3.	Culpa imprópria.....	187
17.9.3.1.	Responsabilização do agente na culpa imprópria.....	187
17.9.4.	Culpa presumida.....	188
17.9.5.	Culpa mediata ou indireta.....	188
17.10.	Graus de culpa.....	189
17.11.	Culpa nos delitos omissivos impróprios.....	189

17.12.	Participação no crime culposo.....	190
17.13.	Compensação de culpas.....	190
17.14.	Concorrência de culpas.....	191
<b>18.</b>	<b>Crime Preterdoloso.....</b>	<b>191</b>
18.1.	Conceito.....	191
18.2.	Crime qualificado pelo resultado.....	191
18.3.	Espécies de crimes qualificados pelo resultado.....	191
18.3.1.	Dolo no antecedente e dolo no consequente.....	191
18.3.2.	Culpa no antecedente e culpa no consequente.....	192
18.3.3.	Culpa no antecedente e dolo no consequente.....	192
18.3.4.	Conduta dolosa e resultado agravador culposo (preterdoloso).....	192
18.4.	Nexo entre conduta e resultado agravador.....	192
18.5.	Do crime preterdoloso.....	192
18.5.1.	Componentes do crime preterdoloso.....	192
18.5.2.	Tentativa no crime preterdoloso.....	193
18.5.3.	Latrocínio.....	193
18.5.4.	Lesões corporais de natureza grave ou gravíssima.....	193
18.5.4.1.	Tentativa na lesão corporal grave ou gravíssima.....	194
<b>19.</b>	<b>Erro de Tipo.....</b>	<b>194</b>
19.1.	Conceito.....	194
19.2.	Exemplos de erro de tipo.....	195
19.2.1.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo incriminador.....	195
19.2.2.	Erro incidente sobre relação jurídica descrita como elementar de tipo incriminador.....	196
19.2.3.	Erro incidente sobre situação de fato descrita como elementar de tipo permissivo.....	196
19.2.4.	Erro incidente sobre circunstância de tipo incriminador.....	196
19.2.5.	Erro sobre dado irrelevante.....	196
19.3.	Erro de tipo e erro de direito.....	197
19.4.	Erro de tipo e erro de fato.....	197
19.5.	Diferenças entre erro de tipo e delito putativo por erro de tipo.....	197
19.6.	Formas de erro de tipo.....	198
19.6.1.	Erro de tipo essencial.....	198
19.6.1.1.	Conceito.....	198
19.6.1.2.	Característica do erro essencial.....	198
19.6.1.3.	Formas do erro essencial.....	199
19.6.1.4.	Efeitos do erro essencial.....	199
19.6.2.	Erro de tipo acidental.....	200
19.6.2.1.	Conceito.....	200
19.6.2.2.	Característica do erro acidental.....	200

19.6.2.3. Espécies de erro de tipo accidental.....	200
19.7. Discriminantes putativas .....	206
19.7.1. Conceito.....	206
19.7.2. Espécies de discriminantes putativas.....	207
19.7.2.1. Discriminante putativa por erro de proibição.....	207
19.7.2.2. Discriminante putativa por erro de tipo.....	208
<b>20. CRIME CONSUMADO .....</b>	<b>214</b>
20.1. Conceito.....	214
20.2. Diferença entre crime consumado e exaurido .....	214
20.3. A consumação nas várias espécies de crimes.....	214
20.4. <i>Iter criminis</i> .....	215
20.4.1. Cogitação .....	215
20.4.2. Preparação.....	215
20.4.3. Execução.....	215
20.4.3.1. Fronteira entre o fim da preparação e o início da execução.....	216
20.4.4. Consumação.....	216
20.4.5. Exaurimento .....	216
<b>21. Tentativa (<i>Conatus</i>).....</b>	<b>217</b>
21.1. Conceito.....	217
21.2. Natureza jurídica.....	217
21.3. Elementos .....	217
21.3.1. Início de execução.....	217
21.3.1.1. Critério lógico-formal .....	218
21.3.1.2. Critério subjetivo.....	218
21.3.1.3. Critério compositivo ou misto.....	218
21.3.1.4. Critério adotado.....	219
21.4. Formas.....	220
21.4.1. Imperfeita .....	220
21.4.2. Perfeita ou acabada.....	220
21.4.3. Branca ou incruenta.....	220
21.4.4. Cruenta.....	220
21.5. Tentativa na lesão corporal de natureza grave e gravíssima.....	220
21.6. Infrações penais que não admitem tentativa.....	221
21.7. Teorias.....	221
21.7.1. Subjetiva.....	221
21.7.2. Objetiva ou realística.....	221
21.7.3. Teoria adotada .....	221
21.8. Critério para redução da pena .....	221
<b>22. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....</b>	<b>222</b>
22.1. Considerações preliminares.....	222
22.2. Natureza jurídica.....	222

22.3.	Elementos da tentativa abandonada.....	223
22.4.	Distinção com a tentativa.....	223
22.5.	Espécies de tentativa abandonada.....	223
22.5.1.	Conceito de desistência voluntária.....	223
22.5.1.1.	Desistência voluntária e terrorismo.....	224
22.5.2.	Conceito de arrependimento eficaz.....	224
22.5.3.	Ato voluntário e ato espontâneo.....	224
22.5.4.	Ato voluntário e ato involuntário.....	225
22.5.5.	Distinção.....	225
22.5.6.	Consequência.....	225
<b>23.</b>	<b>Arrependimento Posterior.....</b>	<b>226</b>
23.1.	Conceito.....	226
23.2.	Natureza jurídica.....	226
23.3.	Objetivo.....	226
23.4.	Diferenças entre arrependimento posterior e eficaz.....	226
23.5.	Requisitos.....	226
23.5.1.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa...	226
23.5.2.	Reparação do dano ou restituição da coisa.....	227
23.5.3.	Voluntariedade do agente.....	227
23.5.4.	Até o recebimento da denúncia ou queixa.....	227
23.6.	Redução da pena.....	227
23.7.	Aplicação.....	227
23.8.	Consequências da aplicação em casos específicos.....	227
23.8.1.	A questão do peculato doloso.....	227
23.8.2.	Emissão de cheque sem suficiente provisão de fundos.....	228
23.8.3.	Outras hipóteses previstas em leis especiais.....	228
23.9.	Comunicabilidade a coautores e partícipes.....	229
23.10.	Delação eficaz ou premiada e colaboração premiada.....	229
23.10.1.	Aplicação em casos específicos.....	229
23.10.1.1.	Lei n. 8.072/90 (Lei dos Crimes Hediondos).....	229
23.10.1.2.	Lei n. 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas)...	230
23.10.1.3.	Lei n. 9.807/99 (Lei de Proteção a Testemunhas).....	230
23.10.1.4.	Lei n. 11.343/2006, art. 41 (Lei de Drogas).....	230
23.10.1.5.	Lei n. 9.613/98 (Lei de Lavagem de Dinheiro).....	231
23.10.1.6.	Lei n. 7.492/86 (Lei contra o Sistema Financeiro) e Lei n. 8.137/90 (Crimes contra a Ordem Tributária).....	231
<b>24.</b>	<b>Crime Impossível.....</b>	<b>231</b>
24.1.	Conceito.....	231
24.2.	Natureza jurídica.....	231
24.3.	Hipóteses de crime impossível.....	232
24.3.1.	Ineficácia absoluta do meio.....	232
24.3.2.	Impropriedade absoluta do objeto material.....	232

24.4.	Critério de aferição da idoneidade .....	233
24.5.	Outras hipóteses de crime impossível .....	233
24.5.1.	Delito putativo por erro de tipo.....	233
24.5.2.	Delito putativo por obra do agente provocador (flagrante preparado) .....	233
24.5.2.1.	Flagrante preparado nos delitos previstos na Lei de Drogas .....	234
24.5.2.2.	Flagrante preparado no delito de concussão .....	234
24.5.2.3.	Diferença entre o flagrante preparado e o flagrante esperado.....	235
24.5.2.4.	Flagrante prorrogado ou retardado .....	235
24.6.	Teorias relativas à punibilidade ou não do crime impossível.....	236
24.6.1.	Sintomática.....	236
24.6.2.	Subjetiva.....	236
24.6.3.	Objetiva.....	236
24.6.4.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	236
24.7.	Questões processuais .....	237
<b>25.</b>	<b>Classificação dos Crimes.....</b>	<b>237</b>
25.1.	Quanto à qualidade do sujeito ativo .....	237
25.1.1.	Crime comum .....	237
25.1.2.	Crime próprio.....	238
25.1.3.	Crime bipróprio.....	238
25.1.4.	Crime de mão própria .....	238
25.2.	Quanto à relação entre a conduta e o resultado naturalístico .....	238
25.2.1.	Crime material.....	238
25.2.2.	Crime formal.....	238
25.2.3.	Crime de mera conduta .....	239
25.3.	Quanto ao grau de intensidade do resultado .....	239
25.3.1.	Crime de dano .....	239
25.3.2.	Crime de perigo.....	239
25.4.	Quanto ao modo de execução .....	239
25.4.1.	Crime de forma livre.....	239
25.4.2.	Crime de forma vinculada.....	239
25.5.	Com relação à forma como o crime é praticado .....	240
25.5.1.	Crime comissivo.....	240
25.5.2.	Crime omissivo.....	240
25.5.2.1.	Crime omissivo próprio.....	240
25.5.2.2.	Crime omissivo impróprio .....	240
25.5.3.	Crime de conduta mista .....	241
25.6.	Quanto ao número de atos executórios que integram a conduta.....	241
25.6.1.	Crime unissubsistente.....	241
25.6.2.	Crime plurissubsistente .....	241
25.7.	Quanto ao momento em que se consuma o crime .....	241

25.7.1.	Crime instantâneo .....	241
25.7.2.	Crime permanente.....	241
25.7.3.	Crime instantâneo de efeitos permanentes .....	242
25.7.4.	Crime a prazo .....	242
25.8.	Quanto ao número de bens jurídicos atingidos .....	242
25.8.1.	Crime mono-ofensivo .....	242
25.8.2.	Crime pluriofensivo.....	242
25.9.	Quanto ao número de agentes envolvidos .....	242
25.9.1.	Crime de concurso necessário .....	242
25.9.2.	Crime de concurso eventual.....	242
25.9.3.	Crime eventualmente coletivo .....	243
25.10.	Quanto ao número de vítimas.....	243
25.10.1.	Crime de subjetividade passiva única .....	243
25.10.2.	Crime de dupla subjetividade passiva .....	243
25.11.	Quanto ao local em que o crime é praticado.....	243
25.11.1.	Crime à distância .....	243
25.11.2.	Crime plurilocal.....	243
25.12.	Quanto à estrutura delineada pelo tipo penal .....	243
25.12.1.	Crime simples .....	243
25.12.2.	Crime complexo .....	243
25.13.	Quanto à existência autônoma do crime.....	244
25.13.1.	Crime principal.....	244
25.13.2.	Crime acessório.....	244
25.14.	Quanto ao vínculo existente entre os crimes .....	244
25.14.1.	Crime independente .....	244
25.14.2.	Crime conexo .....	244
25.15.	Quanto à necessidade de exame de corpo de delito como prova.....	244
25.15.1.	Delito de fato permanente ( <i>delicta facti permanentis</i> ).....	244
25.15.2.	Delito de fato transeunte ( <i>delicta facti transeuntis</i> ) .....	245
25.16.	Quanto à liberdade para iniciar a ação penal .....	245
25.16.1.	Crime condicionado.....	245
25.16.2.	Crime incondicionado.....	245
25.17.	Outras classificações .....	245
25.17.1.	Crime gratuito .....	245
25.17.2.	Crime de ímpeto.....	245
25.17.3.	Crime de ação violenta .....	245
25.17.4.	Crime de ação astuciosa.....	245
25.17.5.	Crime de impressão .....	245
25.17.6.	Delito de tendência .....	246
25.17.7.	Delito de intenção.....	246
25.17.8.	Crime de expressão.....	246
25.17.9.	Delito mutilado de dois atos.....	246
25.17.10.	Crime exaurido.....	246
25.17.11.	Delito putativo, imaginário ou erroneamente suposto.....	246

25.17.12. Crime falho.....	247
25.17.13. Delito de atentado ou de empreendimento .....	247
25.17.14. Crime de mera suspeita, sem ação ou mera posição.....	247
25.17.15. Crime obstáculo .....	247
25.17.16. Quase-crime .....	247
25.17.17. Crime progressivo .....	247
25.17.18. Progressão criminosa.....	248
25.17.19. Crime remetido.....	248
25.17.20. Crime subsidiário.....	248
25.17.21. Crime de ação múltipla ou conteúdo variado.....	248
25.17.22. Crime de opinião .....	248
25.17.23. Crime multitudinário .....	248
25.17.24. Delito de circulação.....	248
25.17.25. Crime vago .....	248
25.17.26. Crime habitual .....	249
25.17.27. Crime profissional .....	249
25.17.28. Crime funcional ( <i>delicta in officio</i> ).....	249
25.17.29. Crime internacional ou mundial.....	249
25.17.30. Crime militar.....	249
<b>26. Ilícitude.....</b>	<b>250</b>
26.1. Conceito.....	250
26.2. Antijuridicidade e ilicitude.....	250
26.3. Diferença entre ilícito e injusto.....	250
26.4. Teorias da ilicitude.....	251
26.4.1. Teoria da absoluta independência ou autonomia (Beling, 1906).....	251
26.4.2. Teoria do caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> (Mayer, 1915) .....	251
26.4.3. Teoria da absoluta dependência ou da <i>ratio essendi</i> (Mezger, 1930).....	252
26.4.4. Teoria dos elementos negativos do tipo (Merkel) .....	252
26.4.5. Teoria adotada: caráter indiciário da ilicitude ou da <i>ratio cognoscendi</i> .....	252
26.5. Exame da ilicitude: análise por exclusão.....	253
26.6. Espécies.....	253
26.6.1. Ilícitude formal .....	253
26.6.2. Ilícitude material.....	253
26.6.3. Ilícitude subjetiva.....	254
26.6.4. Ilícitude objetiva .....	254
26.7. Causas de exclusão da ilicitude .....	254
26.7.1. Causas supralegais.....	254
26.7.2. Causas legais .....	254
26.8. Questões processuais .....	255



<b>27. Estado de Necessidade.....</b>	<b>255</b>
27.1. Conceito.....	255
27.2. Natureza jurídica.....	256
27.3. Causa de diminuição de pena.....	256
27.4. Aplicação: faculdade do juiz ou direito do réu?.....	256
27.5. Teorias.....	256
27.5.1. Unitária.....	256
27.5.2. Diferenciadora ou da diferenciação.....	257
27.5.3. Da equidade ( <i>adäquitätstheorie</i> ).....	258
27.6. Requisitos.....	258
27.6.1. Situação de perigo.....	258
27.6.1.1. O perigo deve ser atual.....	258
27.6.1.2. O perigo deve ameaçar direito próprio ou alheio.....	259
27.6.1.3. O perigo não pode ter sido causado voluntariamente pelo agente.....	259
27.6.1.4. Inexistência do dever legal de arrostar o perigo.....	260
27.6.2. Conduta lesiva.....	260
27.6.2.1. Inevitabilidade do comportamento.....	260
27.6.2.2. Razoabilidade do sacrifício.....	261
27.6.2.3. Conhecimento da situação justificante.....	261
27.7. Formas de estado de necessidade.....	261
27.7.1. Quanto à titularidade do interesse protegido.....	261
27.7.2. Quanto ao aspecto subjetivo do agente.....	261
27.7.3. Quanto ao terceiro que sofre a ofensa.....	261
27.8. Casos específicos.....	262
27.8.1. Crimes habituais, permanentes e reiteração criminosa.....	262
27.8.2. Estado de necessidade e dificuldades econômicas.....	262
27.8.3. Porte de arma e estado de necessidade.....	262
<b>28. Legítima Defesa.....</b>	<b>262</b>
28.1. Conceito.....	262
28.2. Fundamento.....	263
28.3. Natureza jurídica.....	263
28.4. Requisitos.....	263
28.4.1. Agressão injusta.....	263
28.4.1.1. Provocação do agente.....	264
28.4.2. Agressão atual ou iminente.....	264
28.4.3. Agressão a direito próprio ou de terceiro.....	264
28.4.3.1. Legítima defesa da honra.....	265
28.4.4. Meios necessários.....	265
28.4.4.1. Desnecessidade do meio.....	266
28.4.5. Moderação.....	266
28.4.5.1. Imoderação.....	266
28.4.5.2. Excesso.....	266

28.4.6.	Conhecimento da situação justificante.....	267
28.4.7.	<i>Commodus discessus</i> .....	268
28.4.7.1.	Inevitabilidade da agressão e <i>commodus discessus</i> .....	268
28.5.	Hipóteses de cabimento da legítima defesa .....	268
28.5.1.	Legítima defesa contra agressão injusta de inimputável.....	268
28.5.2.	Legítima defesa contra agressão acobertada por qualquer outra causa de exclusão da culpabilidade .....	269
28.5.3.	Legítima defesa real contra legítima defesa putativa.....	269
28.5.4.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa putativa....	269
28.5.5.	Legítima defesa real contra legítima defesa subjetiva .....	269
28.5.6.	Legítima defesa putativa contra legítima defesa real.....	270
28.5.7.	Legítima defesa real contra legítima defesa culposa .....	270
28.6.	Hipóteses de não cabimento da legítima defesa .....	270
28.7.	Questão processual: quesitação da legítima defesa no júri.....	270
28.8.	Outros conceitos.....	271
28.8.1.	Legítima defesa sucessiva.....	271
28.8.2.	Legítima defesa putativa.....	271
28.8.3.	Legítima defesa subjetiva.....	271
28.8.4.	Legítima defesa recíproca .....	271
28.8.5.	Legítima defesa própria e legítima defesa de terceiro.....	271
28.8.6.	<i>Aberratio ictus</i> na reação defensiva.....	271
28.8.7.	Legítima defesa e tentativa .....	272
28.9.	Diferenças entre legítima defesa e estado de necessidade .....	272
<b>29.</b>	<b>Estrito Cumprimento do Dever Legal .....</b>	<b>272</b>
29.1.	Conceito.....	272
29.2.	Fundamento .....	272
29.3.	Requisitos.....	273
29.3.1.	Dever legal.....	273
29.3.2.	O cumprimento deve ser estritamente dentro da lei.....	273
29.3.3.	Conhecimento da situação justificante.....	273
29.4.	Alcance da excludente.....	273
29.5.	Coautores e partícipes .....	273
29.6.	Crime culposos.....	274
<b>30.</b>	<b>Exercício Regular de Direito .....</b>	<b>274</b>
30.1.	Conceito.....	274
30.2.	Fundamento .....	274
30.3.	Alcance do exercício regular do direito .....	274
30.4.	Requisitos.....	275
30.4.1.	Significado da expressão "direito".....	275
30.4.2.	Conhecimento da situação justificante.....	275
30.5.	Aplicação em casos específicos .....	275
30.5.1.	Intervenções médicas e cirúrgicas.....	275

30.5.2.	Violência desportiva.....	276
30.5.3.	Ofendículos ( <i>offendiculas</i> ou <i>offensaculas</i> ) .....	277
30.5.4.	Defesa mecânica predisposta .....	278
30.6.	Consentimento do ofendido .....	278
30.6.1.	Irrelevante penal .....	278
30.6.2.	Causa de exclusão da tipicidade.....	278
30.6.3.	Causa de exclusão da ilicitude .....	278
30.6.4.	Causa de extinção da punibilidade .....	279
30.6.5.	Causa de diminuição de pena .....	279
30.6.6.	Consentimento da vítima nos delitos culposos.....	279
30.6.7.	Operações cirúrgicas .....	279
30.6.8.	Ordem pública e bons costumes .....	280
30.7.	Distinção entre consentimento em sentido estrito e acordo .....	280
<b>31.</b>	<b>Culpabilidade.....</b>	<b>280</b>
31.1.	Conceito.....	280
31.2.	A culpabilidade como juízo de reprovação.....	281
31.3.	Grau de culpabilidade.....	281
31.4.	Culpabilidade do autor .....	281
31.5.	Culpabilidade do fato.....	282
31.6.	Evolução do conceito de responsabilidade objetiva para a subjetiva...	282
31.6.1.	Período primitivo do Direito Penal .....	282
31.6.2.	Talião.....	282
31.6.3.	Período do direito romano .....	283
31.6.4.	Período germânico .....	283
31.6.5.	Idade Média .....	283
31.6.6.	Período moderno.....	284
31.6.7.	Escola Clássica .....	284
31.6.8.	Escola Positiva italiana .....	284
31.6.9.	Período atual .....	284
31.6.10.	<i>Versari in re illicita</i> .....	285
31.7.	Teorias .....	285
31.7.1.	Teoria psicológica da culpabilidade .....	285
31.7.2.	Teoria psicológico-normativa ou normativa da culpabilidade .....	286
31.7.3.	Teoria normativa pura da culpabilidade.....	287
31.7.4.	Teoria estrita ou extremada da culpabilidade e teoria limitada da culpabilidade .....	287
31.7.5.	Teoria adotada pelo Código Penal brasileiro.....	288
31.8.	Elementos da culpabilidade segundo a teoria do Código Penal .....	288
31.8.1.	Imputabilidade .....	288
31.8.1.1.	Conceito.....	288
31.8.1.2.	Distinção entre imputabilidade e capacidade.....	289
31.8.1.3.	Distinção entre dolo e imputabilidade .....	289

**CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1**

31.8.1.4.	Distinção entre imputabilidade e responsabilidade.....	289
31.8.1.5.	Regra .....	289
31.8.1.6.	Causas que excluem a imputabilidade.....	290
31.8.1.7.	Critérios de aferição da inimputabilidade.....	298
31.8.1.8.	Requisitos da inimputabilidade segundo o sistema biopsicológico .....	299
31.8.1.9.	Questões atinentes à emoção e paixão .....	299
31.8.1.10.	Semi-imputabilidade ou responsabilidade diminuída.	301
31.8.1.11.	Questões processuais .....	302
31.8.2.	Potencial consciência da ilicitude.....	303
31.8.2.1.	Erro de direito.....	303
31.8.2.2.	Erro de proibição.....	304
31.8.3.	Exigibilidade de conduta diversa.....	308
31.8.3.1.	Introdução .....	308
31.8.3.2.	Conceito.....	308
31.8.3.3.	Natureza jurídica .....	308
31.8.3.4.	Causas que levam à exclusão da exigibilidade de conduta diversa.....	308
31.9.	Responsabilidade penal objetiva .....	313
<b>32.</b>	<b>CONCURSO DE PESSOAS .....</b>	<b>314</b>
32.1.	Nomenclatura.....	314
32.2.	Espécies de crimes quanto ao concurso de pessoas .....	314
32.2.1.	Monossubjetivos ou de concurso eventual .....	314
32.2.2.	Plurissubjetivos ou de concurso necessário.....	314
32.2.2.1.	De condutas paralelas.....	314
32.2.2.2.	De condutas convergentes.....	314
32.2.2.3.	De condutas contrapostas .....	315
32.3.	Espécies de concurso de pessoas.....	315
32.3.1.	Concurso necessário.....	315
32.3.2.	Concurso eventual.....	315
32.4.	Autoria.....	315
32.4.1.	Teoria unitária .....	315
32.4.2.	Teoria extensiva.....	316
32.4.3.	Teoria restritiva.....	316
32.4.3.1.	Teoria ou critério objetivo-formal .....	316
32.4.3.2.	Teoria ou critério objetivo-material .....	317
32.4.3.3.	Teoria do domínio do fato .....	317
32.5.	Formas de concurso de pessoas.....	320
32.5.1.	Coautoria.....	320
32.5.1.1.	Coautoria no crime omissivo próprio.....	321
32.5.1.2.	Coautoria parcial ou funcional.....	321
32.5.2.	Participação.....	321
32.6.	Diferença entre autor e partícipe .....	322

32.7.	Natureza jurídica do concurso de agentes.....	322
32.7.1.	Teoria unitária ou monista.....	322
32.7.2.	Teoria dualista .....	322
32.7.3.	Teoria pluralista ou pluralística .....	322
32.7.4.	Teoria adotada pelo Código Penal quanto à natureza do concurso de pessoas .....	322
32.7.4.1.	Exceções pluralísticas ou desvio subjetivo de conduta ...	323
32.8.	Da participação.....	323
32.8.1.	Natureza jurídica da participação.....	323
32.8.2.	Espécies de acessoriedade .....	325
32.8.2.1.	Mínima .....	325
32.8.2.2.	Limitada .....	325
32.8.2.3.	Extremada .....	325
32.8.2.4.	Hiperacessoriedade.....	325
32.8.2.5.	Teoria adotada pelo Código Penal.....	325
32.8.3.	Formas de participação .....	326
32.8.3.1.	Moral.....	326
32.8.3.2.	Material .....	326
32.8.3.3.	Cumplicidade .....	326
32.8.4.	Participação e crime culposo.....	328
32.8.5.	Participação de participação.....	328
32.8.6.	Participação sucessiva.....	328
32.8.7.	Convivência ou participação negativa ( <i>crimen silenti</i> ).....	329
32.8.8.	Participação por omissão.....	329
32.8.9.	Participação em crime omissivo.....	330
32.8.10.	Participação impunível .....	330
32.9.	Requisitos do concurso de pessoas .....	330
32.9.1.	Pluralidade de condutas .....	330
32.9.2.	Relevância causal de todas as condutas.....	330
32.9.3.	Liame subjetivo ou concurso de vontades .....	331
32.9.4.	Identidade de infração para todos.....	331
32.10.	Outros conceitos.....	331
32.10.1.	Autoria mediata.....	331
32.10.2.	Autoria colateral.....	332
32.10.3.	Autoria incerta .....	333
32.10.4.	Autoria desconhecida ou ignorada.....	333
32.10.5.	Multidão delinquente .....	333
32.10.6.	Delação e colaboração premiadas.....	333
<b>33.</b>	<b>Comunicabilidade e Incomunicabilidade de Elementares e Circuns-</b> <b>tâncias .....</b>	<b>334</b>
33.1.	Das circunstâncias.....	334
33.1.1.	Conceito.....	334
33.1.2.	Espécies de circunstâncias.....	335
33.1.2.1.	Subjetivas ou de caráter pessoal.....	335

33.1.2.2. Objetivas .....	335
33.2. Das elementares.....	335
33.2.1. Conceito.....	335
33.2.2. Espécies de elementares.....	336
33.3. Circunstâncias elementares.....	336
33.4. A regra do art. 30 do CP .....	336
33.5. Casos específicos.....	337
33.5.1. Concurso de pessoas no infanticídio .....	337
33.5.2. Qualificadora da promessa de recompensa no homicídio ....	338
33.6. Participação impunível .....	339
<b>34. Da Sanção Penal .....</b>	<b>339</b>
34.1. Considerações preliminares.....	339
34.2. Conceito de pena.....	339
34.3. Finalidades.....	340
34.3.1. Teoria absoluta ou da retribuição.....	340
34.3.2. Teoria relativa, finalista, utilitária ou da prevenção .....	340
34.3.3. Teoria mista, eclética, intermediária ou conciliatória.....	340
34.4. Características da pena .....	340
34.4.1. Legalidade.....	340
34.4.2. Anterioridade.....	340
34.4.3. Personalidade .....	340
34.4.4. Individualidade.....	340
34.4.5. Inderrogabilidade.....	341
34.4.6. Proporcionalidade.....	341
34.4.7. Humanidade.....	341
34.5. Classificação .....	341
<b>35. Das Penas Privativas de Liberdade .....</b>	<b>341</b>
35.1. Espécies.....	341
35.2. Regimes penitenciários .....	341
35.3. Do regime inicial de cumprimento de pena .....	342
35.3.1. Considerações preliminares.....	342
35.3.2. Sentença omissa quanto ao regime inicial.....	342
35.3.3. Gravidade do delito e regime inicial fechado .....	342
35.3.4. Regimes penitenciários iniciais da pena de reclusão .....	342
35.3.5. Regimes penitenciários iniciais da pena de detenção .....	343
35.3.5.1. Regime inicial fechado na pena de detenção .....	344
35.3.6. Regime inicial na pena de prisão simples .....	344
35.3.7. Soma e unificação de penas para aplicação da regra do con-	
curso de crimes e regime inicial de cumprimento de pena ..	344
35.4. Classificação dos condenados e individualização da execução penal	345
35.5. Da progressão de regime.....	346
35.5.1. Considerações preliminares e conceito .....	346

35.5.2.	Requisitos para a progressão de regime.....	347
35.5.3.	Manifestação do Ministério Público e do defensor.....	349
35.5.4.	Progressão por salto.....	349
35.5.5.	Falta de vaga no regime semiaberto.....	350
35.5.6.	Preso provisório e progressão de regime.....	350
35.5.7.	<i>Habeas corpus</i> e progressão de regime.....	350
35.5.8.	Progressão de regime em casos específicos.....	351
35.5.8.1.	Progressão de regime nos crimes hediondos (Lei n. 8.072/90).....	351
35.5.8.2.	Lei n. 13.964/2019 e a progressão de regime nos crimes hediondos e equiparados.....	351
35.5.8.3.	Progressão nos crimes contra a administração pública.....	352
35.6.	Das regras nos regimes penitenciários.....	353
35.6.1.	Regime fechado.....	353
35.6.2.	Regime semiaberto.....	358
35.6.3.	Regime aberto.....	361
35.6.3.1.	Requisitos.....	361
35.6.3.2.	Condições.....	361
35.6.3.3.	Casa do Albergado.....	362
35.6.3.4.	Prisão-albergue domiciliar.....	362
35.6.3.5.	Outras regras.....	363
35.6.3.6.	Regressão de regime.....	363
35.6.4.	Regime disciplinar diferenciado.....	364
35.7.	Direitos do preso.....	366
35.7.1.	Superveniência de doença mental.....	369
35.8.	Da detração penal.....	370
35.8.1.	Conceito.....	370
35.8.2.	Detração e pena privativa de liberdade.....	370
35.8.3.	Detração e medidas cautelares diversas da prisão.....	370
35.8.4.	Detração e o juízo da execução.....	373
35.8.5.	Detração em penas restritivas de direitos.....	373
35.8.6.	Detração e medida de segurança.....	373
35.8.7.	Detração em pena de multa.....	373
35.8.8.	Detração e <i>sursis</i> .....	373
35.8.9.	Detração e prisão provisória em outro processo.....	374
35.8.10.	Detração para fins de prescrição.....	374
<b>36.</b>	<b>Das Penas Restritivas de Direitos.....</b>	<b>375</b>
36.1.	Considerações preliminares.....	375
36.1.1.	Antecedente histórico.....	375
36.1.2.	Alternativas penais.....	375
36.1.3.	Conceito de medidas penais alternativas.....	375
36.1.4.	Classificação das medidas penais alternativas.....	375
36.1.5.	Conceito de penas alternativas.....	376

## CURSO DE DIREITO PENAL - VOLUME 1

36.1.6.	Classificação das penas alternativas.....	376
36.1.6.1.	Penas alternativas consensuais .....	376
36.1.6.2.	Penas alternativas não consensuais .....	376
36.1.7.	Diferença entre medidas penais alternativas e penas alternativas.....	376
36.2.	Das penas alternativas em geral .....	376
36.2.1.	Penas alternativas .....	376
36.2.2.	Natureza do elenco legal das penas alternativas .....	377
36.2.3.	Modificação na tendência de recrudescimento do sistema penal brasileiro .....	377
36.2.4.	Finalidade das penas alternativas .....	377
36.2.5.	Classificação das infrações penais segundo o grau de lesividade para aplicação das penas alternativas.....	378
36.2.6.	Incidência do sistema penal alternativo.....	378
36.2.7.	Espécies das penas alternativas.....	378
36.3.	Das penas alternativas restritivas de direito.....	379
36.3.1.	Classificação das penas alternativas restritivas de direitos .....	379
36.3.1.1.	Penas restritivas de direitos em sentido estrito.....	379
36.3.1.2.	Penas restritivas de direitos pecuniárias.....	379
36.3.2.	Distinção entre a pena de multa e as penas restritivas de direito pecuniárias.....	379
36.3.3.	Requisitos para a substituição da pena privativa de liberdade por pena alternativa restritiva de direitos .....	379
36.3.3.1.	Requisitos objetivos.....	379
36.3.3.2.	Requisitos subjetivos.....	380
36.3.3.3.	Requisito da quantidade de pena na hipótese de concurso de crimes.....	380
36.3.4.	Aplicação do benefício da pena alternativa em hipóteses específicas.....	381
36.3.4.1.	Crime cometido sem violência ou grave ameaça.....	381
36.3.4.2.	Crime de lesão corporal leve (CP, art. 129, caput), constrangimento ilegal (art. 146), ameaça (art. 147) e contravenção de vias de fato (LCP, art. 21) .....	381
36.3.4.3.	Violência doméstica e familiar contra a mulher .....	381
36.3.4.4.	Condenação por crime hediondo .....	382
36.3.4.5.	Condenação por tráfico de drogas.....	382
36.3.4.6.	Condenação por roubo simples praticado com emprego de meio que reduza a vítima à impossibilidade de resistência.....	382
36.3.4.7.	Lei de Lavagem de Dinheiro.....	383
36.3.4.8.	Crimes de trânsito e Lei n. 13.281/2016.....	383
36.3.4.9.	Aplicação em casos de reincidência.....	383
36.3.4.10.	A revogação do art. 60, § 2º, do CP e a possibilidade de aplicação do benefício da pena alternativa .....	386



36.3.5.	Manutenção do benefício da pena alternativa aplicada em hipóteses específicas .....	387
36.3.5.1.	Condenação posterior a pena privativa de liberdade..	387
36.3.5.2.	Regime aberto e sursis.....	389
36.3.5.3.	Regime fechado e semiaberto .....	389
36.3.5.4.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente .....	389
36.3.6.	Das penas alternativas restritivas de direito em sentido estrito (prestação de serviços à comunidade, limitação de fim de semana, interdição temporária de direitos).....	389
36.3.6.1.	Características.....	389
36.3.6.2.	Duração .....	390
36.3.6.3.	Possibilidade de cumulação.....	391
36.3.6.4.	Tipos de penas restritivas de direitos .....	391
36.3.6.5.	Espécies .....	391
36.3.6.6.	Sobre a pena de suspensão de autorização ou habilitação para dirigir veículo .....	393
36.4.	Das penas alternativas pecuniárias.....	398
36.4.1.	Prestação pecuniária .....	398
36.4.2.	Prestação inominada.....	399
36.4.3.	Perda de bens e valores.....	400
36.4.4.	Princípio da personalidade da pena (CF, art. 5º, XLV).....	401
36.4.5.	Execução da prestação pecuniária .....	402
<b>37.</b>	<b>Da Pena de Multa .....</b>	<b>404</b>
37.1.	Critério adotado.....	404
37.2.	Espécies.....	404
37.3.	Destinação da pena de multa .....	404
37.4.	Cálculo do valor da pena de multa .....	404
37.4.1.	Identificação do número de dias-multa.....	404
37.4.2.	Identificação do valor de cada dia-multa .....	405
37.4.2.1.	Correção monetária .....	405
37.5.	Valor irrisório .....	406
37.6.	Conversão da multa em pena de detenção .....	406
37.7.	Superveniência de doença mental .....	406
37.8.	Da multa substitutiva ou vicariante .....	407
37.8.1.	Previsão legal .....	407
37.8.2.	Aplicação.....	407
37.8.3.	Não pagamento da multa substitutiva ou vicariante por devedor solvente.....	408
37.8.4.	Cumulação de multas.....	408
37.9.	Multa e violência doméstica e familiar contra a mulher.....	408
37.10.	Habeas corpus e pena de multa .....	409

<b>38. Das Medidas de Segurança.....</b>	<b>409</b>
38.1. Conceito.....	409
38.2. Finalidade.....	409
38.3. Sistemas.....	409
38.4. Pressupostos.....	409
38.4.1. Prática do crime.....	409
38.4.2. Periculosidade.....	410
38.5. Espécies de medida de segurança.....	410
38.5.1. Medida de segurança detentiva.....	410
38.5.1.1. Características.....	410
38.5.1.2. Local da internação.....	411
38.5.1.3. Desinternação.....	411
38.5.1.4. Possibilidade de aplicação de medida de segurança detentiva (internação em hospital de custódia e tratamento) em crime apenado com detenção.....	411
38.5.2. Medida de segurança restritiva.....	412
38.5.2.1. Características.....	412
38.5.2.2. Critério para fixar o prazo mínimo.....	412
38.5.2.3. Liberação.....	413
38.5.2.4. Conversão do tratamento ambulatorial em internação.....	413
38.6. Semi-imputável (CP, art. 98).....	413
38.7. Inimputabilidade e medida de segurança.....	413
38.8. Medida de segurança e <i>reformatio in pejus</i> (Súmula 525 do STF).....	413
38.9. Procedimento para execução da medida de segurança.....	414
38.10. Aplicação provisória da medida de segurança.....	414
38.11. Competência para revogar a medida de segurança.....	414
38.12. Medida de segurança e a detração.....	414
38.13. Medida de segurança e prescrição.....	415
38.14. Conversão da pena em medida de segurança.....	415
38.15. Medida de segurança como medida cautelar diversa da prisão.....	416
38.16. Aplicação sucessiva de medida de segurança.....	416
38.17. Medida de segurança e indulto.....	416
38.18. Internação cível.....	416
<b>39. Da Aplicação da Pena.....</b>	<b>417</b>
39.1. Elementar.....	417
39.2. Das circunstâncias.....	417
39.2.1. Conceito.....	417
39.2.2. Classificação das circunstâncias.....	417
39.2.2.1. Quanto à sua natureza.....	417
39.2.2.2. Quanto à sua aplicação.....	417
39.2.3. Espécies de circunstâncias legais.....	417

39.2.3.1. Gerais ou genéricas.....	417
39.2.3.2. Especiais ou específicas.....	418
39.2.4. Do sistema trifásico para aplicação da pena .....	418
39.2.4.1. Fundamento legal .....	418
39.2.4.2. Regras básicas.....	420
39.2.4.3. Das fases de aplicação da pena .....	421
<b>40. Da Reincidência .....</b>	<b>439</b>
40.1. Conceito.....	439
40.1.1. Reincidência .....	439
40.1.2. Reincidência específica .....	439
40.1.3. Reincidente em crime doloso .....	440
40.2. O conceito de primariedade e a reincidência.....	440
40.2.1. Primariedade técnica.....	440
40.3. Natureza jurídica.....	441
40.4. Prova da reincidência .....	441
40.5. Incomunicabilidade.....	442
40.6. Configuração da reincidência em hipóteses específicas.....	442
40.6.1. Contravenção anterior e posterior .....	442
40.6.2. Sentença transitada em julgado após a prática de crime .....	442
40.6.3. Condenação no estrangeiro.....	442
40.6.4. Multa anterior .....	442
40.6.5. Reabilitação criminal.....	443
40.6.6. Extinção da punibilidade em relação ao crime anterior .....	443
40.6.7. Extinção da pena pelo seu cumprimento .....	443
40.6.8. Suspensão condicional do processo (Lei n. 9.099/95, art. 89).....	443
40.6.9. Transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 76, §§ 4º e 6º).....	443
40.6.10. Composição civil (Lei n. 9.099/95, art. 74, parágrafo único)	443
40.6.11. Perdão judicial.....	443
40.6.12. Acordo de não persecução penal .....	444
40.6.13. Porte de drogas para consumo pessoal .....	444
40.7. Ocorrência .....	444
40.8. Crimes que não induzem reincidência .....	444
40.9. Efeitos da reincidência .....	445
40.10. Prescrição da reincidência.....	446
40.10.1. Termo inicial do período depurador .....	446
40.10.2. Termo final do período depurador.....	446
40.11. Sistema da temporariedade da reincidência .....	446
40.12. Reincidência e maus antecedentes .....	446
<b>41. Suspensão Condicional da Pena .....</b>	<b>447</b>
41.1. Origem .....	447
41.2. Conceito.....	447

41.3.	<i>Sursis</i> e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.....	447
41.4.	Natureza jurídica.....	448
41.5.	Sistemas.....	448
41.6.	Requisitos.....	449
41.6.1.	Objetivos.....	449
41.6.2.	Subjetivos.....	450
41.7.	Espécies de <i>sursis</i> .....	451
41.7.1.	Etário.....	451
41.7.2.	Humanitário.....	451
41.7.3.	Simple.....	451
41.7.4.	Especial.....	452
41.7.4.1.	Cumulação das condições do <i>sursis</i> especial no <i>sursis</i> simples.....	452
41.8.	Condições.....	452
41.9.	<i>Sursis</i> incondicionado.....	453
41.10.	Possibilidade de o juiz das execuções fixar condições para o <i>sursis</i> em caso de omissão do juízo da condenação.....	453
41.11.	Período de prova.....	453
41.12.	Obrigatoriedade de manifestação sobre o <i>sursis</i> .....	454
41.13.	<i>Sursis</i> e crime hediondo.....	454
41.14.	<i>Sursis</i> e Lei n. 9.605/98 (Lei Ambiental).....	454
41.15.	<i>Sursis</i> e Lei das Contravenções Penais.....	454
41.16.	Dupla concessão ao mesmo réu em processos distintos.....	454
41.17.	Detração e <i>sursis</i> .....	455
41.18.	Da revogação do <i>sursis</i> .....	455
41.18.1.	Formas de revogação.....	455
41.18.1.1.	Revogação obrigatória.....	455
41.18.1.2.	Revogação facultativa.....	456
41.18.2.	Exigência de oitiva do condenado para a revogação do benefício.....	456
41.18.3.	Prorrogação e extinção automáticas (CP, art. 81, § 2º).....	456
41.18.3.1.	Conflito com o art. 82 do CP.....	457
41.18.3.2.	Prática de crime ou contravenção após o vencimento do período de prova do <i>sursis</i> e prorrogação.....	457
41.18.3.3.	Expiração do prazo do período de prova do <i>sursis</i> e revogação.....	458
41.18.3.4.	Insubsistência das condições durante a prorrogação.....	458
41.19.	Extinção sem oitiva do Ministério Público.....	459
41.20.	Cassação do <i>sursis</i> .....	459
41.21.	<i>Sursis</i> e revelia.....	459
41.22.	Renúncia ao <i>sursis</i> .....	460

41.23. Sursis para estrangeiro.....	460
41.24. Habeas corpus para pleitear sursis .....	460
<b>42. Livramento Condicional.....</b>	<b>461</b>
42.1. Conceito.....	461
42.2. Natureza jurídica.....	461
42.3. Distinção com sursis .....	461
42.4. Requisitos.....	461
42.4.1. Objetivos .....	461
42.4.1.1. Reincidente específico.....	462
42.4.1.2. Condenado primário, mas portador de maus antecedentes .....	463
42.4.2. Subjetivos.....	463
42.4.3. Requisitos procedimentais .....	464
42.5. Livramento condicional antes do trânsito em julgado.....	465
42.6. Livramento condicional humanitário.....	465
42.7. Exame criminológico .....	465
42.8. Condições do livramento.....	466
42.8.1. Obrigatórias (LEP, art. 132, § 1º).....	466
42.8.2. Facultativas (LEP, art. 132, § 2º).....	466
42.8.3. Judiciais .....	466
42.8.4. Condição legal indireta .....	466
42.9. Da revogação do livramento.....	466
42.9.1. Obrigatória .....	467
42.9.2. Facultativa .....	467
42.9.2.1. Opções do juiz na revogação facultativa.....	467
42.9.3. Causas de revogação judiciais .....	467
42.9.4. Causas de revogação legais.....	467
42.9.5. Efeitos da revogação do livramento .....	467
42.10. Suspensão do livramento.....	469
42.10.1. Na hipótese de crime cometido durante a vigência do benefício (art. 86, I).....	469
42.10.2. Na hipótese de descumprimento das obrigações constantes da sentença (art. 87, 1ª parte) .....	469
42.10.3. Na hipótese do art. 87, 2ª parte .....	469
42.11. Extinção da pena.....	469
42.11.1. Prorrogação do período de prova (CP, art. 89).....	469
42.11.2. Extinção automática (CP, art. 90, e LEP, art. 146) .....	470
42.12. Livramento condicional e remição.....	470
42.13. Livramento condicional do estrangeiro.....	470
42.14. Habeas corpus e livramento condicional.....	470
42.15. Livramento condicional e regime disciplinar diferenciado (RDD).....	471

<b>43. Efeitos da Condenação.....</b>	<b>471</b>
43.1. Efeitos principais .....	471
43.2. Efeitos secundários.....	471
43.3. Efeitos extrapenais.....	471
43.3.1. Efeitos extrapenais genéricos.....	472
43.3.1.1. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 11.343/2006 .....	473
43.3.1.2. Apreensão, arrecadação e destinação dos bens do acusado na Lei n. 10.826/2003 .....	474
43.3.2. Efeitos extrapenais específicos do art. 91-A do CP .....	476
43.3.2.1. Primeiro efeito extrapenal específico: confisco do excesso patrimonial .....	476
43.3.2.2. Segundo efeito extrapenal específico: perda dos instrumentos utilizados por organizações criminosas ou milícias.....	477
43.3.3. Efeitos extrapenais específicos do art. 92 do CP .....	478
43.3.3.1. Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, em suas hipóteses: .....	478
43.3.3.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos a pena de reclusão, cometido contra filho, tutelado ou curatelado. ....	479
43.3.3.3. Inabilitação para dirigir veículo.....	479
43.3.4. Outras hipóteses .....	479
<b>44. Reabilitação.....</b>	<b>480</b>
44.1. Conceito.....	480
44.2. Natureza jurídica.....	480
44.3. Cabimento.....	480
44.3.1. Direito à certidão criminal negativa .....	481
44.4. Consequências.....	481
44.5. Pressupostos.....	481
44.6. Revogação.....	482
44.7. Do procedimento para requerer a habilitação.....	483
44.7.1. Postulação.....	483
44.7.2. Competência para a concessão.....	483
44.7.3. Do pedido.....	483
44.7.4. Provimento n. 5/81 da Corregedoria-Geral de Justiça.....	483
44.7.5. Negada a reabilitação.....	483
44.7.6. Recurso cabível .....	483
44.7.7. Morte do reabilitando.....	484
44.7.8. Reincidência .....	484
<b>45. Concurso de Crimes .....</b>	<b>484</b>
45.1. Conceito.....	484

45.1.1.	Concurso de pessoas .....	484
45.1.2.	Concurso aparente de normas.....	484
45.1.3.	Concurso de crimes.....	484
45.2.	Sistemas .....	484
45.3.	Espécies.....	484
45.3.1.	Concurso material ou real.....	485
45.3.1.1.	Conceito.....	485
45.3.1.2.	Concurso material e crime continuado.....	485
45.3.1.3.	Espécies .....	485
45.3.1.4.	Aplicação de penas.....	485
45.3.1.5.	Pena privativa de liberdade somada com restritiva de direitos.....	485
45.3.1.6.	Pena restritiva de direitos com outra restritiva .....	485
45.3.1.7.	Juiz competente para a aplicação da regra do concurso material .....	485
45.3.1.8.	Concurso material e prescrição.....	486
45.3.2.	Concurso formal ou ideal.....	486
45.3.2.1.	Conceito.....	486
45.3.2.2.	Requisitos do concurso formal.....	486
45.3.2.3.	Espécies .....	487
45.3.2.4.	Aplicação da pena.....	488
45.3.2.5.	Teorias .....	488
45.3.2.6.	Concurso material benéfico .....	489
45.3.2.7.	Concurso formal e crime único .....	489
45.3.2.8.	Concurso formal e prescrição.....	489
45.3.3.	Crime continuado .....	489
45.3.3.1.	Conceito.....	489
45.3.3.2.	Crime continuado e o concurso formal .....	490
45.3.3.3.	Espécies .....	490
45.3.3.4.	Aplicação da pena.....	490
45.3.3.5.	Concurso material benéfico .....	491
45.3.3.6.	Incidência do aumento de pena no crime continuado.	491
45.3.3.7.	A pena nas hipóteses de concurso formal homogêneo como componente do crime continuado .....	491
45.3.3.8.	Momento da unificação da pena .....	491
45.3.3.9.	Natureza jurídica .....	491
45.3.3.10.	Requisitos .....	492
45.3.3.11.	Teorias sobre a unidade de desígnio.....	492
45.3.3.12.	Distinção entre crime continuado e habitualidade criminosa .....	494
45.3.3.13.	Crime continuado entre roubos praticados contra vítimas diferentes.....	495
45.3.3.14.	Condições semelhantes.....	495

45.3.3.15.	Crime continuado entre delitos culposos .....	498
45.3.3.16.	Consumação e tentativa .....	499
45.3.3.17.	Crime continuado e aplicação da lei penal no tempo .....	499
45.3.3.18.	Crime continuado e início da contagem do lapso prescricional .....	499
45.3.3.19.	A pena no crime continuado para efeitos da prescrição .....	499
45.3.3.20.	Sistema de aplicação da pena de multa no concurso de crimes .....	500
<b>46.</b>	<b>Limites de Penas .....</b>	<b>500</b>
46.1.	Tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade .....	500
46.2.	Nova condenação .....	501
46.3.	Limite da pena de multa .....	501
<b>47.</b>	<b>Ação Penal .....</b>	<b>501</b>
47.1.	Conceito .....	501
47.2.	Características .....	502
47.3.	Espécies de ação penal no direito brasileiro .....	502
47.4.	As condições da ação penal .....	503
47.4.1.	Condições da ação penal e a absolvição sumária .....	505
47.5.	Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios .....	506
47.5.1.	Titularidade .....	506
47.5.2.	Princípios .....	506
47.6.	Ação penal pública condicionada .....	509
47.6.1.	Conceito .....	509
47.6.2.	Ação penal pública condicionada à representação .....	509
47.6.2.1.	Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal .....	510
47.6.2.2.	Natureza jurídica da representação .....	511
47.6.2.3.	Conceito de representação .....	511
47.6.2.4.	Titular do direito de representação .....	511
47.6.2.5.	Prazo da representação .....	512
47.6.2.6.	Forma da representação .....	513
47.6.2.7.	Destinatário da representação .....	514
47.6.2.8.	Irretratabilidade da representação .....	514
47.6.2.9.	Não vinculação da representação .....	514
47.6.3.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça .....	515
47.6.3.1.	Hipóteses de requisição .....	515
47.6.3.2.	Prazo para o oferecimento da requisição .....	515
47.6.3.3.	Eficácia objetiva da requisição .....	515
47.6.3.4.	Conteúdo da requisição .....	515
47.6.3.5.	Destinatário da requisição .....	515



47.6.3.6. Retratação da requisição.....	516
47.6.3.7. Vinculação da requisição .....	516
47.7. Ação penal privada.....	516
47.7.1. Conceito.....	516
47.7.2. Fundamento.....	516
47.7.3. Titular .....	516
47.7.4. Princípios.....	517
47.7.5. Espécies de ação penal privada.....	518
47.7.5.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita.....	518
47.7.5.2. Ação privada personalíssima.....	518
47.7.5.3. Subsidiária da pública.....	519
47.7.6. Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	519
47.7.7. Prazo da ação penal privada .....	519
<b>48. Causas de Extinção da Punibilidade .....</b>	<b>521</b>
48.1. Conceito e efeitos da extinção da punibilidade.....	521
48.2. Causas extintivas da punibilidade .....	521
48.2.1. Morte do agente (inciso I).....	521
48.2.2. Anistia, graça e indulto (inciso II).....	523
48.2.2.1. Anistia .....	523
48.2.2.2. Indulto e graça em sentido estrito .....	524
48.2.3. Lei posterior que deixa de considerar o fato criminoso ( <i>abolitio criminis</i> ).....	528
48.2.4. Renúncia ao direito de queixa .....	529
48.2.4.1. Conceito.....	529
48.2.4.2. Oportunidade.....	529
48.2.4.3. Cabimento.....	529
48.2.4.4. Formas.....	529
48.2.4.5. Recebimento de indenização.....	529
48.2.4.6. Ofendido maior de 18 anos .....	529
48.2.4.7. Queixa oferecida contra um dos ofensores.....	530
48.2.4.8. Crimes de dupla subjetividade passiva .....	530
48.2.4.9. Morte do ofendido.....	530
48.2.5. Perdão do ofendido.....	530
48.2.5.1. Conceito.....	530
48.2.5.2. Distinção entre perdão e renúncia.....	531
48.2.5.3. Oportunidade.....	531
48.2.5.4. Cabimento.....	531
48.2.5.5. Formas.....	531
48.2.5.6. Titularidade da concessão do perdão.....	531
48.2.5.7. Da aceitação do perdão.....	531
48.2.6. Perempção.....	532
48.2.6.1. Conceito.....	532
48.2.6.2. Oportunidade.....	532

48.2.6.3. Cabimento.....	532
48.2.6.4. Hipóteses .....	533
48.2.7. Retratação do agente .....	534
48.2.7.1. Conceito.....	534
48.2.7.2. Casos em que a lei a permite.....	534
48.2.7.3. Oportunidade.....	535
48.2.7.4. Comunicabilidade.....	535
48.2.8. Perdão judicial.....	535
48.2.8.1. Conceito.....	535
48.2.8.2. Faculdade do juiz.....	535
48.2.8.3. Distinção entre perdão judicial e perdão do ofendido .	535
48.2.8.4. Extensão .....	535
48.2.8.5. Hipóteses legais.....	536
48.2.8.6. Natureza jurídica da sentença concessiva.....	537
48.2.8.7. Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa com base no art. 395 do CPP.....	537
48.2.8.8. Do perdão judicial na Lei de Proteção às Testemunhas (Lei n. 9.807/99) .....	538
48.2.9. Decadência .....	542
48.2.9.1. Conceito.....	542
48.2.9.2. Característica da não interrupção .....	542
48.2.9.3. Efeito.....	542
48.2.9.4. Prazo decadencial.....	542
48.2.9.5. Titularidade do direito de queixa ou de representação ...	543
48.2.9.6. Decadência no crime continuado e no crime habitual	543
48.2.9.7. Crimes de lesão corporal dolosa de natureza leve e lesão corporal culposa .....	543
48.2.10. Prescrição.....	544
48.2.10.1. Introdução .....	544
48.2.10.2. Conceito.....	544
48.2.10.3. Natureza jurídica .....	544
48.2.10.4. Fundamentos.....	545
48.2.10.5. Diferença entre prescrição e decadência .....	545
48.2.10.6. Imprescritibilidade.....	546
48.2.10.7. Espécies de prescrição .....	547
48.2.11. Prescrição na legislação especial .....	563
48.2.11.1. Da prescrição em geral.....	563
48.2.11.2. Da prescrição retroativa.....	564
Bibliografia.....	565